



A EDUCAÇÃO FÍSICA E A LEI 10.639/03: ARTICULANDO COM AS MATRIZES AFRICANAS NA ESCOLA EM SALVADOR -BA

Josiane Cristina Climaco¹

Márcia Lúcia dos Santos²

Celi Nelza Zulke Taffarel³

Resumo: Este artigo trata da sistematização do trabalho pedagógico sobre a Cultura Corporal Afro brasileira e a materialização nas aulas de Educação Física no Colégio Estadual Marcílio-CEMD, Salvador – BA. A fundamentação se deu através dos valores civilizatórios afro-brasileiros e os pressupostos teóricos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Metodologia de Ensino da Educação Física - Crítico-Superadora, com o objetivo de consolidar ações que materializem a Lei 10.639/03 e possibilitem o acesso a este conhecimento negado historicamente a educação brasileira de forma não folclorizada. Assim, as aulas de Educação Física no CEMD, visou recuperar elementos da ontogênese da Cultura Afro Brasileira que foram historicamente subsumidos pelo euro-centrismo em sua organização do trabalho pedagógico na escola.

Palavras-chaves: educação física; cultura corporal afro brasileira; valores civilizatórios afro brasileiros.

PHYSICAL EDUCATION AND LAW 10.639/03: ARTICULATING WITH AFRICAN MATRICES IN THE SCHOOL IN SALVADOR-BA

Abstract: This article deals with the systematization of the pedagogical work on Afro Brazilian Body Culture and the materialization in Physical Education classes at Marcílio - CEMD State College, Salvador - BA. The foundation was based on Afro-Brazilian civilization values and the theoretical assumptions of Historical-Critical Pedagogy and the Methodology of Teaching Physical Education - Critical-Overcoming, with the objective of consolidating actions that materialize Law 10.639 / 03 and provide access to this knowledge historically denied Brazilian education in a non-folklorized way. Thus, Physical Education classes at CEMD aimed to recover elements of the ontogenesis of Afro-Brazilian Culture that were historically subsumed by Eurocentrism in its organization of pedagogical work at school.

Key-words: physical education; afro-brazilian body culture; afro-brazilian civilization values.

¹ Doutoranda em Educação na Universidade Federal da Bahia. É mestre em Educação pela mesma instituição. Atualmente professora na Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Salvador, BA- Brasil. Faculdade Maria Milza *E-mail:* jclimaco@gmail.com

² Mestranda em enfermagem e desenvolvimento humano. Especialista em Metodologia do ensino da Educação Física, esporte e lazer. Atualmente é professora na Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Salvador, BA- Brasil. *Email:* prof.marcia62@gmail.com

³ Orientadora, mestre em Ciência do Movimento Humano pela Universidade Federal de Santa Maria, e doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professora titular da Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA- Brasil. *E-mail:* taffarel@ufba.br



ÉDUCATION PHYSIQUE ET LA LOI 10.639/03: ARTICULATING AVEC LES PARENTS D'AFRIQUE À L'ÉCOLE DANS SALVADOR -BA

Résumé: Cet article traite de la systématisation de travail pédagogique sur la culture afro corps brésilien et matérialisation en éducation physique dans l'État du Collège Marcílio- CEMB, Salvador - BA. La raison est par les valeurs africaines-brésiliennes civilisatrices et les hypothèses théoriques de la pédagogie historique-critique et Ensinoda Méthodologie d'éducation physique - dépassant-critique, afin de consolider les actions qui matérialisent la loi 10.639 / 03 et donner accès à cette connaissance a historiquement nié l'éducation brésilienne d'une manière non-folklorisée. Ainsi, les cours d'éducation physique dans CEMB, visant à récupérer ontogenèse des éléments de la culture afro brésilienne qui ont historiquement été par l'euro englobés-centrisme dans son organisation du travail pédagogique à l'école.

Mots-clés: éducation physique; culture corporelle afro-brésilienne, valeurs de la civilisation afro-brésilienne.

LA EDUCACIÓN FÍSICA Y LA LEY 10.639 / 03: ARTICULANDO CON LAS MATRICES AFRICANAS EN LA ESCUELA EN SALVADOR -BA

Resumen: Este artículo trata de la sistematización del trabajo pedagógico sobre la Cultura Corporal Afro brasileña y la materialización en las clases de Educación Física en el Colegio Estadual Marcílio- CEMD, Salvador - BA. La fundamentación se dio a través de los valores civilizatorios afrobrasileños y los presupuestos teóricos de la Pedagogía Histórico-Crítica y de la Metodología de Enseñanza Educación Física - Crítico-Superadora, con el objetivo de consolidar acciones que materializan la Ley 10.639 / 03 y posibiliten el acceso a este conocimiento negado históricamente la educación brasileña de forma no folclorizada. Así, las clases de Educación Física en el CEMD, pretendieron recuperar elementos de la ontogénesis de la Cultura Afro Brasileña que fueron históricamente subsumidos por el euro-centrismo en su organización del trabajo pedagógico en la escuela.

Palabras claves: educación física; cultura corporal afrobrasileños; valores civilizatorios afrobrasileños.

APRESENTAÇÃO

O presente artigo sistematiza a prática pedagógica realizada no Colégio Estadual Marcílio Dias situado no subúrbio ferroviário de Salvador - BA, visando responder quatro perguntas à respeito do trato com o conhecimento da Cultura Corporal Africana e Afro Brasileira na escola, para organizar o trabalho pedagógico, a saber: (a) Por que ensinar Cultura Afro brasileira na escola? (b) Gênese da atividade específica, neste caso a Cultura Corporal Afro Brasileira; (c) historicidade; (d) atividades principais para a aprendizagem. Para tal nos fundamentamos através da Pedagogia Histórico Crítica e da metodologia do Ensino da Educação Física Crítico Superadora.

Nosso público foram os estudantes do 6º ano do ensino fundamental à 3ª série do



Ensino Médio do Colégio Estadual Marcílio Dias em Salvador, Bahia. As atividades foram orientadas por nós professoras da unidade escolar (supervisoras – Programa Institucional de bolsas e Iniciação à docência – subprojeto Educação Física - UFBA) e pelos estudantes graduandos da Licenciatura Educação Física – UFBA, bolsistas do PIBID-EF em 2014 - 2015.

Justifica-se esta organização e ação pedagógica conjuntamente com o PIBID – EF devido às constatações sobre o diagnóstico realizado nesta unidade escolar, neste momento evidencia-se o que é primário: (1) O Projeto político pedagógico descontextualizado com a comunidade escolar em sua maioria de remanescentes quilombolas, pois este não instituía na escola a aplicação das Leis 10.639/03 e 11.645/08; (2) A infraestrutura física precária para práticas esportivas e culturais; (3) A Intolerância religiosa.

Diante destas contradições em relação ao marco legal e histórico das leis, a comunidade do Colégio Estadual Marcílio Dias nos instigou a análise educacional deste contexto, pois os estudantes em 80% são oriundos da Ilha de Maré, situada na Baía de Todos os Santos, onde seu território é Quilombola, segundo registros da Secretaria da Promoção da Igualdade do Estado da Bahia (SEPROMI) e os outros 20% moradores do subúrbio Ferroviário em São Thomé de Paripe, Salvador no Estado da Bahia, onde podemos localiza-los situados nos Quilombos urbanos de Itororó, do Alto da Igreja e Rio dos Macacos, trazem consigo símbolos e signos da ancestralidade do povo negro que tanto contribuiu e contribui para o desenvolvimento do Brasil.

Por outro lado, esses territórios estão na contemporaneidade cercados por templos neopentecostais que incitam o preconceito e a intolerância de sua própria herança africana.

Assim, de acordo com Cheptulin (1992), este trabalho apresenta os pares dialéticos realidade, possibilidade e contradição enquanto categorias de análise e desenvolvimento desta prática pedagógica. Para tal, quanta riqueza para abordar, se apropriar e experienciar neste território quilombola, desde que respeitemos à identidade, memória e oralidade de um povo. O contexto apresentado nos levou aos seguintes questionamentos diante de conceitos tão tradicionais e da intolerância religiosa nesta comunidade:



- 1- Quais as intervenções pedagógicas que podem ser propiciadas na articulação com as matrizes africanas através da cultura corporal, promovendo a valorização da história e cultura africana e afro brasileira em ambiente escolar?
- 2- Como os profissionais de educação nesta comunidade escolar se apropriam da cultura afro brasileira em suas práxis pedagógicas a fim de desconstruir conceitos tão discriminatórios entre os estudantes?

Desta forma, (MUNANGA e GOMES, 2004, p. 177-178) dizem que a auto definição e a definição atribuída pelos outros têm funções conhecidas: “[...] a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc.”

Apontamos que o ensino sistematizado da Cultura Afro Brasileira tem a possibilidade de primar pela humanização do Ser humano, pode parecer redundante, mas ser humanizado é estar acima de preconceito, discriminação e o sobrepujar o outro.

Na Educação Física por longos anos a herança de concepções de eugenia e higienia foram largamente disseminadas nas décadas de 30 e 40 nas escolas no Brasil por Francis Galton, onde ele apontava que os princípios eugênicos colaboraram para orientar as políticas estruturais de saúde e educação.

Educadores influentes, a exemplo do professor Fernando de Azevedo (1918), defendiam uma ligação simbiótica entre cultura atlética ou Educação Física e a eugenia. Membro da Sociedade Eugênica de São Paulo, Azevedo pregava a regeneração da raça brasileira por meio de um controle corporal: Fernando de Azevedo entendia a eugenia como uma ciência capaz de intervir no meio ambiente físico, valendo-se dos avanços conseguidos pela engenharia sanitária, para exercer uma ação higiênica, educacional e sexual. (Soares, 2004, p. 120-121).

No período do Estado Novo, 1937-1945, as práticas elitistas na educação foram ampliadas por meio da reforma Gustavo Capanema que demarcou os tipos de educação e cultura no país, a partir das representatividades de classes, cultas e subsultam pobres e ricos.

As pesquisas e estudos revelaram a necessidade de aprofundamento dos estudos étnico-raciais no campo da Cultura Corporal como condição elementar para que professores, alunos e todos envolvidos em uma educação crítica compreendessem à luz

da história os desafios propostos pelo ensino da História e Cultura Africana e Afro Brasileira.

E para superação do percurso da Educação Física que teve sua prática estabelecida por relações de políticas e ideológicas de embranquecimento das práticas pedagógicas registradas ao longo da história na educação brasileira.

Diante do exposto e da atual conjuntura do país, entendemos que a questão étnico-racial, de gênero e classe estão imbricadas, que não podemos configurar nas práticas pedagógicas a invisibilidade das problemáticas que colocam o povo negro à margem da sociedade.

A IMPORTÂNCIA DO TRATO DA CULTURA CORPORAL AFRO BRASILEIRA NA ESCOLA

Tratar da Cultura Corporal Afro brasileira (CCAB) é uma forma que o componente curricular Educação Física na educação básica tem à contribuir com a efetivação da lei 10.639/03, assegurar no currículo escolar o acesso às contribuições dos povos negros em diferentes instâncias.

O que denominamos de Cultura Corporal Afro Brasileira, fundamentando-se por (Sabino; Lody, 2011) é o conjunto de práticas corporais e culturais africanas ressignificadas em território brasileiro no processo de escravização até a contemporaneidade.

Assim, tencionamos que se garanta o direito dos estudantes acessarem o conhecimento da CCAB, independentemente de seu pertencimento étnico racial, possibilitando subsídios para que estes se apropriem dos conhecimentos da cultura que fora negada historicamente na educação brasileira pautada em pressupostos eurocêntricos.

A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. (Brasil, 2004, p.15)



Assim se faz necessário romper com o pensamento racista e discriminatório que existe em nossa sociedade, para que possamos transpor obstáculos em prol de mudanças positivas e significativas no cenário educacional. E entender, que a sociedade é formada por pessoas diferentes que possuem história e cultura própria, onde o povo negro muito contribuiu nas áreas social, econômica e política para a História do Brasil.

A Educação Física até 1980 foi uma área do conhecimento pautada em concepções militaristas, higienistas e eugênicas, fato que propiciou os conteúdos esportivizados inseridos no currículo escolar que não valorizassem a identidade brasileira e o sobrepujava o indivíduo, de acordo com o (Coletivo de Autores, 2012).

Considerando que a educação é um processo fundamental para a humanização da sociedade, cabe à esta, possibilitar aos indivíduos os conhecimentos que os tornem capazes de atuar no meio em que vivem em função das necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade.

Ou seja, um ensino nos possibilita uma concepção de ser humano que altere a sua realidade de acordo com seu desenvolvimento histórico. Na intencionalidade de um projeto histórico contra hegemônico, que não torne a escola um aparelhamento ideológico da sociedade capitalista e racista.

Para tal, tratar o conhecimento da CCAB, seja na formação inicial de professores de Educação Física e na escola, saímos em defesa de objetivarmos qual projeto histórico de sociedade primamos, em explicar o que ensinamos, como ensinamos e para que ensinamos.

Para alcançar tal objetivo em diálogo com o Coletivo de autores (2102), defendemos que a seleção, a organização e a sistematização dos conteúdos da CCAB devem fundamentar-se a partir de uma unidade teórica-metodológica.

Embora o conhecimento africano seja milenar, a exemplo dos conhecimentos egípcios, que fundamentaram as bases da Escola de Alexandria no continente africano e tanto contribuiu para alicerçar o conhecimento europeu, o conhecimento africano foi sobrepujado na história diante das dominações territoriais, perpassando pela humanidade pela oralidade como forma de resistência.

Desta forma segundo Trindade (2010), o conhecimento africano e afro brasileiro



é um conhecimento clássico, por mais que alguns intelectuais o julguem primitivo. Fundamentamos esta prática pedagógica à luz dos Valores Civilizatórios afro brasileiros e os pressupostos teóricos da metodologia de ensino da Educação Física crítico superadora.

ARTICULANDO COM A CULTURA CORPORAL AFRO BRASILEIRA NO CEMD

As práticas pedagógicas realizadas dentro do CEMD foram alicerçadas pela Pedagogia Histórico Crítica, Metodologia de Ensino Crítico Superadora e os Valores civilizatórios afro brasileiros, balizadas nas lei 10.639/03.

...fruto das resistências dos movimentos sociais negros organizados que reivindicam uma educação menos eurocêntrica, a qual contemple os componentes africanos que constituíram o passado brasileiro e que participam ativamente da construção de seu presente. Ela é resultado, também, do avanço da consciência democrática e das demandas por uma sociedade mais justa, pois se insere no âmbito da luta pela educação inclusiva, em todos os níveis. (Muller; Baía, 2013, p.45)

Esta prática é contra hegemônica ao processo de naturalização das diversas formas de discriminação aos negros/negras e conservação de uma ordem baseada na apropriação privada dos meios de produção na sociedade brasileira. “Partindo desse pressuposto, o trabalho se relaciona com a educação, na medida em que, tanto o trabalho, quanto à educação, são atividades especificamente humanas e estabelecem entre si uma relação de identidade” (Saviani, 2007, p 152).

De acordo com o autor, diante da realidade da sociedade brasileira, entendemos que a escola perpassa por espaço que reproduz o racismo, discriminação e a desigualdade. A pedagogia histórico-crítica busca a compreensão da história a partir do desenvolvimento material da sociedade e da determinação das condições de existência humana, comprometendo-se com o processo de transformação e superação do modo de produção capitalista rumo à sociedade socialista.

Esta base propõe a organização do trabalho pedagógico partindo do real concreto, problematiza este real, instrumentaliza, possibilita a catarse, rumo à prática social final em um patamar qualitativo diferenciado.

A Pedagogia Histórico-Crítica constitui uma proposta de prática pedagógica, que defende o processo e as relações do indivíduo com a sociedade, desenvolvendo os cinco princípios na seguinte forma:

Figura 1. Festejando o 7º Premio Eudcar para igualdade Racial e de Genero – CEERT/2015



Fonte das autoras

a) Prática social - Reconhecer, levar em reflexão e discussão o conhecimento prévio dos estudantes, da realidade social e até que ponto se apropriam das matrizes africanas em suas comunidades. Momento que podemos constatar no diagnóstico realizado no CEMD que o senso de pertença e a identidade estão em risco, que estes sujeitos têm conceitos e atitudes a serem desconstruídos.

b) Problematização – De acordo com o grau de apropriação, pertencimentos destes conhecimentos estabeleceram quais barreiras temos que romper. Como exemplo:

1º Como trabalhar as matrizes africanas diante de tantos preconceitos e Intolerância religiosa?

2º Como romper paradigmas estabelecidos pela ação midiática urbana em território Quilombola?



3º Diante de uma unidade escolar sem estrutura física, quais estratégias devíamos estabelecer para que estas ações pedagógicas podiam se materializar?

Para a pedagogia histórico crítica, isso é impensável, uma vez que o desenvolvimento não é algo endógeno, e sim social e histórico. Se o aluno escreve errado, seu texto é pobre de vocabulário e conceitos, cabe ao professor reconhecer as razões desses problemas, selecionar as ferramentas mais adequadas para sua mediação (ensino!) e assim instrumentalizar o educando com o que é necessário para superação dos limites que se apresentam. (Marsiglia, 2013, p.234)

c) Instrumentalização - Visando estabelecer o contexto histórico e aproximar os estudantes da realidade no tempo histórico das localidades pertencentes de Ilha de Maré e São Thomé de Paripe nos Quilombos de Itororó e Rio dos Macacos e das localidades da Ilha de maré ondes esses residem. Tivemos como ponto central atividades que possibilitaram a transformação social por entendermos que a educação e a sociedade não podem se desvincular no processo educativo.

Desta forma as aulas foram desenvolvidas a partir das danças de matrizes africanas, capoeira, jogos africanos e afro brasileiros, seminários internos e externos, além de visita ao primeiro bloco Afro da Bahia Ilê Aiyê, onde tratamos do contexto histórico, político e da luta contra o racismo. Foram realizadas ainda:

- Oficinas de danças de matrizes africanas (a gênese da dança dos blocos afros, danças circulares, dança afro tradicional e contemporânea) e capoeira (historicidade, fundamentos, golpes e musicalidade).
- Oficinas sobre empoderamento da mulher onde contamos com a participação das mães e familiares dos alunos em Ilha de Maré.
- Projeto Empoderadas, quando discutimos questões de gênero e o papel da Mulher negra na sociedade brasileira com estudantes do CEMD.



Figura 2. Visita ao Ilê Aiyê - 2014



Fonte das autoras

d) Catarse - Para consolidar este quarto princípio realizamos um Festival de Cultura afro brasileira onde as turmas apresentaram coreografias de vários estilos de danças de matrizes africanas como: Samba de roda, samba, kuduro, hip hop, dança afro tradicional maculelê e pagode. Para fundamentar o conteúdo proposto discutimos a diferença e a importância da luta “Capoeira” enquanto patrimônio cultural da humanidade e instrumento de luta e enfrentamento as desigualdades para o povo negro. Os estudantes desenvolveram painéis com exposição e conceitos sobre as temáticas propostas, desfile de moda Afro contemporânea contando com a Grife Crespo Sim - Salvador.

Fomos convidados mais uma vez a participar do Festival de Cultura Corporal realizado pelo grupo de estudos de extensão e pesquisa LEPEL UFBA e do Seminário sobre protagonismo juvenil quilombola promovido pelo Instituto de Saúde Coletiva- ISC- UFBA.

Enquanto professoras e idealizadoras das ações participamos com os estudantes e bolsistas do PIBID -UFBA da proposição pedagógica em congressos, seminários, e trabalhos registrados em anais acadêmicos da UFBA.

Figura 3. Encontro Estudantil da Rede básica de ensino da Bahia - CAPOEIRA 2015



Fonte das autoras

e) Prática Social Final - Entendemos este princípio é o momento onde os estudantes poderão desvelar os saltos qualitativos apropriados neste processo pedagógico. A avaliação final se deu junto à gestão escolar e professores com à apropriação da contribuição deste componente curricular em articular e servir de exemplo para que o ensino da história e cultura africana e afro brasileira se perpetue no currículo escolar e possibilitou ampliar à articulação UNIVERSIDADE – ESCOLA em busca de maiores diálogos e inserção da escola como um sujeito, não apenas como apêndice e objeto de pesquisa. A escola neste processo é primordial para que os graduandos em Educação Física da UFBA representados pelo PIBID sejam inseridos em sua formação inicial a realidade escolar.

De acordo com Saviani (2008) a prática social ao final não é a mesma. Isto se dá porque se constatarmos que os estudantes evoluíram qualitativamente ao elaborar sínteses quanto ao conhecimento científico a prática social foi alterada, caso não,

precisaremos de novos instrumentos para alterar o processo de transmissão/assimilação do conhecimento. A auto avaliação dos(as) estudantes foi pautada na importância de valorizar para que estes tivessem acesso ao conhecimento sobre a cultura Afro brasileira e Africana na escola, como instrumento de valorização da cultura local, elevação da autoestima.

E para potencializar o trabalho e no intuito do empoderamento de mulheres, foi relevante a participação das mães dos(as) estudantes onde discutimos questões pertinentes para a comunidade. Evidenciando que a utilização da metodologia de ensino da Pedagogia

Histórico-Crítica produz resultados de qualidade para a prática docente e o processo de ensino e aprendizagem.

Compreende-se que os homens aprendem no próprio ato de fazer. Aprendem a trabalhar, trabalhando. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdo cuja validade é estabelecida pela ontologia está relacionada ao ser, ou seja, trabalho como ação inerente ao ser humano (Saviani, 2007)

Em diálogo com o autor, perspectivamos que as ações pedagógicas apresentada de maneira intencional na unidade escolar, torne possível a efetivação de práticas sociais antirracistas, na busca da formação de um sujeito social crítico, criativo e participativo.

Figura 4. Seminário Sobre Protagonismo Juvenil – GRUPO CRECER – UFBA



Fonte das autoras



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que é necessário observar o ser humano no contexto de sociedade, tendo o corpo como elemento que não se resume à biologia, fisiologia ou mecanicidade de movimentos, e sim, como dotado de identificações culturais e étnico-raciais.

Respondendo as problematizações iniciais do trabalho: (a) Por que ensinar Cultura Afro brasileira na escola? (b) Gênese da atividade específica, neste caso a Cultura Corporal Afro Brasileira; (c) historicidade; (d) atividades principais para a aprendizagem. Para tal nos fundamentamos através da Pedagogia Histórico Crítica, os Valores civilizatórios afro brasileiros e da metodologia do Ensino da Educação Física Crítico Superadora. Percebemos que a configuração da corporeidade brasileira e baiana, na matriz cultural africana, devem possibilitar discussões mais aprofundadas sobre a relação entre corpo, ancestralidade, educação e cultura, que promova o desenvolvimento dos(as) estudantes.

Importa num plano teórico metodológico interdisciplinar fazer com que estas considerações repercutam de forma mais efetiva na escola. Justificamos que o estudo da cultura corporal na escola básica se torne significativo e contribua para fazer avançar sobre o ensino da história e cultura africana e afro brasileira, rompendo com contragolpes relativos a Lei 13415/17 (lei sobre a reforma do ensino médio que retira da Lei de diretrizes e bases da Educação Brasileira - LDB 9394/96 os artigos 26 a 28 que retiram a obrigatoriedade da Lei 10.639/03 e 11.645/08) evidenciando o retrocesso para nossas conquistas sociais na atual conjuntura política brasileira.

No entanto, os objetivos propostos vêm tendo êxitos por primarmos por integrar os(as) estudantes e fazer das aulas de Educação Física um espaço de (re)construção de saberes e fazeres, através dos conteúdos da CCAB: as danças de matrizes africanas; os jogos africanos e afro brasileiros e a capoeira. Isso nos leva a prática de uma dinâmica de construção e desconstrução sustentada pela ação de tecer, percorrer e entender a rede que emerge ao longo do trabalho, a sociedade brasileira precisa ser instigada a redimensionar suas atitudes e concepções à respeito das africanidades presentes nessa



nação através dos Valores civilizatórios: ancestralidade, musicalidade, religiosidade, oralidade, cooperativismo, memória, energia vital, corporeidade, identidade e ludicidade.

Para tanto, não basta apenas conhecer e denunciar essas questões, é fundamental saber como e porque esse processo histórico venal é tão incorporado e vem sendo perpassado, para que desse modo possamos investir numa possível desestruturação do mesmo.

Essa tal “falsa democracia racial”, essa tal globalização, fez com que nós professoras de Educação Física, uma área do conhecimento também a margem do currículo escolar, vista por muitos como uma pseudo “recreação”, nos remeteu enquanto pesquisadoras e educadoras, refletirmos e promovermos a mudança de paradigmas. Desta forma sistematizar e dar visibilidade à estas práticas pedagógicas se fizeram necessárias, o que nos levou as seguintes conquistas:

- a) Prêmio Petrobras de Esporte Educacional em 2014⁴
- b) 7º prêmio CEERT em 2015⁵
- c) Publicação de artigo no PASEM- Plataforma Paulo Freire 2016

A intenção também é de promover aos estudantes e professores a compreensão de forma consciente a respeito do processo de segregação em África, Estados Unidos e contrapor o conceito de assimilação e camuflagem étnica estratégica no Brasil. Assim se traduziu, por muitos anos em nossos livros didáticos e práxis pedagógica.

A contemporaneidade nos traz a explosão cultural resistente. É preciso vivenciar a Cultura Popular, a Cultura Corporal e entender a dialética entre os valores civilizatórios afro brasileiros (Trindade, 2010), principalmente entre oralidade, memória e identidade. Refletir “por que” a escola está tão fria? O distanciamento do nosso currículo em face das necessidades reais do sujeito da escola, o *educando*.

Estes projetos trouxeram a possibilidade do diálogo, do aprendizado e do reconhecimento de sua cultura por parte dos estudantes. O envolvimento e o senso de pertencimento se constituíam a partir de cada etapa, quando os(as) estudantes se

⁴ <https://www.cieds.org.br/docs/premio-petrobras-de-esporte-educacional-experiencias-que-inspiram.pdf>

⁵ <http://www.ceert.org.br/premio-educar/pratica/191>

apropriavam do conteúdo em questão e o reconhecia como parte sua cultura local e brasileira.

Por esse motivo defendemos a inserção desta matriz africana como conteúdo do currículo escolar, somando e multiplicando o convívio com as diferenças. A partir deste posicionamento compreendemos que outros professores possam se apropriar do universo da Cultura Afro Brasileira e libertar-se cognitivamente para maiores possibilidades em sua prática pedagógica. É preciso transpor o universo da Educação Formal engessada e eurocentrada, para fazer do ambiente escolar um local de aprendizagem plena e respeito a todas às culturas.

Figura 5. Oficina de Valores civilizatórios africanos e afro brasileiros



Fonte das autoras

REFERÊNCIAS

ABIB, P. *Capoeira Angola: cultura popular e o jogo dos saberes na roda*. Campinas: Unicamp, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física*. Brasília: MEC / SEF, 1997.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura AfroBrasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan.



2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/2003/L10639.htm>. Acessado em 15 de abril 2017.

_____. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira*. Brasília: MEC, 2004.

_____. MP 746, de 22 de setembro de 2016. *Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral*, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, set. 2016. Disponível em: . Acesso em: 29 jul. 2017

_____. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. *Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral*. Brasília, fev. 2017. Disponível em: . Acesso em: 29 jul. 2017.

CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência, aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CHEPTULIN, Alexandre *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Omega. 1982

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 2012.

MARQUES, I.A. *Dançando na escola*. São Paulo: Cortez, 2003.

MARSIGLIA, A. C. G (org.). *Infância e pedagogia histórico-crítica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

MATTOS, C. L. G. de; ALMEIDA, S. M. de; MELO, S. C. de. *O espaço da exclusão: o limite do corpo na sala de aula. Anais da Reunião Anual da ANPED, Caxambu – MG, 1997*

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. A LEI no. 10.639/03 E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 5, n. 11, p. 29-54, out. 2013. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/188>>. Acesso em: 22 maio 2018.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica: 2004.



MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. *O Negro no Brasil de Hoje*. São Paulo: Global, 2006.

NÓBREGA, Nadir. *Dança afro – sincretismo de movimentos*. Salvador: UFBA, 1991. 91 p.

SABINO, Jorge, LODY, Raul. *Danças de Matriz Africana: antropologia do movimento* / Jorge Sabino e Raul Lody – Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

SANTOS, Inaicyr Falcão. *Corpo e ancestralidade*. Uma proposta pluricultural de dança-arte-educação. Salvador: EDFBA, 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização do pensamento único á consciência Universal*. RJ/SP- Editora Record, 2004.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

_____. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 9.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval (2011). “*História, educação e transformação: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil*”. In: LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Dermeval (orgs.). *História, educação e transformação*. Campinas, Autores Associados.

TRINDADE, Azoilda Loretto; BRANDÃO, Ana Paula. *A Cor da Cultura – Saberes e Fazeres – Modos de Brincar* - Copyright © Fundação Roberto Marinho Rio de Janeiro, 2010, 1º edição 2010.

*Recebido em setembro de 2017
Aprovado em dezembro de 2017*